

2022-2023

# MENÇÃO HONROSA CONCURSO

Ensaio Filosófico no Ensino Secundário

## 9.<sup>a</sup> EDIÇÃO

O QUE FAZ DE ALGUÉM HOMEM OU MULHER?  
EXISTIRÁ UMA ESSÊNCIA DE GÉNERO?

Constança Inês Piscarreta Correia

### **Ficha técnica**

Título: O que faz alguém homem ou mulher? Existirá uma essência de género?

Autora: Constança Inês Piscarreta Correia, Escola Portuguesa de Moçambique

Professora orientadora: Maria Eugénia Alves Ferreira

Associação de Professores de Filosofia em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares

Edição: Associação de Professores de Filosofia, Coimbra - 2023

Este trabalho está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional License.



<b>Resumo .....</b>	<b>3</b>
<b>Sexo e género .....</b>	<b>3</b>
<b>Duas abordagens.....</b>	<b>5</b>
<b>Uma proposta humanista orientada para a dignidade de todos os seres humanos .....</b>	<b>8</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>10</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>12</b>

## Resumo

O que faz de alguém homem ou mulher? Existirá uma essência de gênero? São estas as perguntas a que este ensaio procura responder. Partimos de uma definição dos conceitos de sexo e gênero para em seguida colocar a questão de saber se existe uma essência de gênero.

Mostramos que, a resposta a esta questão está ligada às lutas dos movimentos feministas pela igualdade e que tem implicações no modo como o gênero tem vindo a ser entendido.

Para ilustrarmos este ponto de vista, abordamos alguns marcos do feminismo. Apesar de defendermos que não existe uma essência de gênero e que este é um conceito aberto, possível de ser alterado, uma vez que é socialmente construído, não podemos ignorar que existe uma categoria de seres humanos, designados como “Mulher” que se encontram de entre os mais discriminados e vulneráveis sob o ponto de vista social, sobretudo em países em desenvolvimento.

Assim, terminamos com a defesa da proposta humanista e universalista ligada aos Direitos Humanos de Martha Nussbaum, uma filósofa que procura justificar a urgência de medidas políticas especificamente dirigidas às mulheres para que estas possam ter acesso a uma vida digna.

## Sexo e gênero

Desde o início dos tempos que existe o homem e a mulher. O feminino e o masculino. A humanidade tem-se dividido nestes dois rótulos, nestas duas caixas que distinguem não só diferenças anatómicas, mas também diferenças de papéis, formas de pensar e de ser que designamos de gêneros. Mas o que é realmente o gênero? Será algo determinado pelo sexo biológico? Existirá uma essência definida para a distinção de papéis entre gêneros?

Os movimentos feministas introduziram a necessidade de diferenciar os conceitos de sexo e gênero. A luta pela igualdade exigia a separação entre estes dois conceitos, uma vez que, apesar de os seres humanos não serem iguais fisicamente, isso não significava que não pudessem ter os mesmos direitos e deveres e que, conseqüentemente, pudesse ocorrer a alteração dos papéis tradicionalmente atribuídos.

Assim, o sexo passa a referir-se às distinções biológicas e anatómicas entre homens e mulheres, como sendo o conjunto de traços genéticos e fisiológicos que nos permitem

diferenciar cada sexo. Estas diferenças são evidenciadas na manifestação dos caracteres sexuais primários, como gónadas e genitais e secundários como o aspeto morfológico, característico de homens e mulheres. O sexo é, então, um conceito de dimensão científica e biológica e, como tal, está associado à natureza.

Paralelamente, o género surge como uma construção social, algo criado pela humanidade para dividir e categorizar os dois sexos biológicos ao nível dos papéis desempenhados socialmente. Enquanto determinado pela sociedade, o género está associado à cultura. Esta impõe uma interpretação das responsabilidades, atributos e qualidades de cada um dos géneros que pode variar de acordo com a etnia, com a cultura e com a localização geográfica e temporal.

Somos rotulados, à nascença, como homem ou mulher, de acordo com a natureza dos nossos genitais e aparência física e, com base nessas características, são-nos atribuídas funções e formas de estar e de agir específicas. Com estes rótulos, vem uma imensidão de requisitos e comportamentos a que os seres humanos devem obedecer. Existe uma expectativa social bem enraizada na nossa sociedade que dita o nosso quotidiano e a forma como nos comportamos ao longo da nossa vida.

De acordo com o nosso género, somos socializados, através da inserção em grupos sociais, para assumir certas ações e atitudes, ter certos empregos, usar certas roupas e acessórios, frequentar certos lugares, casar com pessoas de um certo género. O género e a perceção que temos dele acaba por afetar toda a nossa vida e a forma como a vivemos. Mas, se sabemos que o género é uma construção humana, estabelecida com o objetivo de organizar a sociedade, por que continuamos a cumprir, as regras e imposições que o género nos incute? Se reconhecemos o sexo como um fator biológico, natural e o género como uma construção social, desenhada especificamente para organizar a humanidade, por que continuamos a aceitar estereótipos sobre as diferenças entre géneros? Por que sentimos necessidade de dar vida a estes modelos?

## Duas abordagens

Existem duas perspetivas filosóficas que remetem para a forma como observamos e interpretamos o género e a sua influência na sociedade: a perspetiva identitária ou essencialista e a perspetiva construtivista, não identitária e não essencialista.

Estas duas abordagens têm implicações na maneira como interpretamos e definimos as diferenças de género e os papéis que lhe estão associados

A perspetiva identitária / essencialista defende que o género é determinado com base em fatores biológicos, como por exemplo, os cromossomas e os órgãos sexuais, fazendo depender, das características biológicas, os papéis que cada um dos sexos desempenha em sociedade. De acordo com esta visão, existem certas propriedades, rígidas e intrínsecas, que determinam a existência de características específicas pelas quais os géneros são classificados, justificando a sua divisão e organização.

A perspetiva identitária leva a aceitar que existem certas propriedades consideradas necessárias e fixas para alguém ser classificado como homem ou mulher. Esta interpretação sexista, feita com base nas diferenças biológicas, acaba por justificar a existência de uma natureza feminina, opondo-a a uma natureza masculina. Traços como fraco / forte, emotivo / frio, irracional / racional passam a ser normalizados, por lhes ser atribuída uma justificação que residiria na natureza de cada sexo. Deste modo, ocorre a naturalização daquilo que é resultado de uma construção social. Inevitavelmente, é desenhada uma hierarquia entre as características consideradas próprias de cada sexo.

Os valores e os atributos femininos são desvalorizados e colocados em segundo lugar, em comparação com os masculinos, que passam a ser fonte de admiração e reconhecimento. A palavra homem é tomada no sentido universal, como experiência comum ao género humano, designando o “Homem” com “H” maiúsculo, como sinónimo de “Humanidade”. É, então, construído um sistema de valores baseado na identidade masculina, ignorando e apagando a visão, o valor e a perspetiva feminina, silenciando a mulher e prendendo-a na feminilidade, na maternidade e em casa. Esta narrativa, que tem predominado ao longo dos séculos, é alimentada no ser humano, desde que nasce, normalizando os padrões e as formas de estar e de ser de ambos os géneros.

Esta ideologia acaba por se transformar, por um lado, em algo incontestável e, por outro, num alicerce essencial da existência humana, fazendo acreditar que não é possível outra forma de pensar ou de agir. As ideias cristalizam-se e tornam-se verdades inalteráveis; dogmas.

Numa outra abordagem, a perspectiva não identitária / não essencialista não aceita a existência de um núcleo “natural” como marca do género, uma vez que este passa a ser visto como um processo de construção histórica, social e cultural. Deste modo, ocorre a desvinculação do género relativamente a fatores naturais, fixos e imutáveis e com ela, abre-se a possibilidade de que o conceito de género possa ser alterado e redefinido.

Nas sociedades tradicionais, a identidade própria de cada género era vista como estável, fixa e imutável. Com o surgimento da modernidade vai surgir uma nova visão mais flexível e aberta à mudança.

A partir do século XIX o tema da mulher e do feminismo começa a ter protagonismo. Neste contexto, o notável texto de Stuart Mill, a *Sujeição das Mulheres*<sup>1</sup> constitui um forte contributo para o debate sobre igualdade de género. Neste livro, escrito em 1869, Mill descarta e critica a ideia da inferioridade natural e biológica da mulher, bem como o desencorajamento e proibição de certas ações de que é alvo. Afirma que seria impossível saber qual a verdadeira natureza e valor da mulher, uma vez que esta se encontrava reprimida, sendo induzida a agir de forma dócil, emotiva e sensível. Escreveu também que o ser humano é independente, racional e capaz de mudança. Viver em liberdade e sem causar danos ao próximo, é a única maneira de progredirmos enquanto sociedade e de alcançar a igualdade de género.

Salientamos, no texto de Mill, a defesa da ideia de que não existe qualquer fundamento, empírico ou racional que pudesse sustentar a desigualdade da mulher.

John Stuart Mill é, acima de tudo, um utilitarista, que, como tal, se preocupa com o bem comum. As mulheres fazem parte da sociedade, para além de poderem dar o seu contributo para a construção de uma sociedade desenvolvida que promova a felicidade e o bem-estar.

Um outro marco fundamental é a obra de Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo*<sup>2</sup>, que antecipa e protagoniza uma segunda onda do feminismo e dos movimentos de libertação das mulheres, nos finais dos anos sessenta, desconstruindo o essencialismo nos papéis de género, para apresentar uma conceção do sujeito criador de si próprio como marca de liberdade.

O título é elucidativo, com ele pretende mostrar a subalternidade em que a mulher se encontrava. Publicado em 1949, trata-se de uma obra fundamental para compreender o feminismo e discutir as questões de identidade de género.

---

<sup>1</sup> A *Sujeição das Mulheres* foi um revolucionário livro, publicado por Stuart Mill em 1869. Deu um grande contributo para os movimentos feministas do século XIX.

<sup>2</sup> *O Segundo Sexo* é uma obra da autoria de Simone De Beauvoir, dividida em dois volumes e publicada em 1949 Inspirou os movimentos feministas da modernidade.

Nesta obra, Simone de Beauvoir contesta a ideia da existência de uma essência feminina, assente no determinismo biológico e mostra que é necessário romper com essa visão essencialista, uma vez que ela é responsável por ter transformado diferenças fisiológicas em fundamento para a desigualdade e desvalorização do sexo feminino.

“Ninguém nasce mulher: torna-se” é a famosa frase com que Simone de Beauvoir inicia o II volume da obra, intitulado “A Experiência Vivida” e que há de inspirar gerações. Aquela frase expressa a ideia que o feminino se constitui através de um processo histórico e cultural, a partir de uma repetição de atos, também eles socialmente definidos. Questiona, pois, o que é ser uma mulher, deixando claro que não há uma categoria pré-estabelecida, mas que é antes um espaço aberto à liberdade para se auto construir, processo que antevê não ser imediato, mas antes objeto de luta de várias gerações.

O texto de Simone de Beauvoir tem continuado a ser revisitado e a inspirar movimentos de libertação e de luta pela igualdade.

A partir dos anos 90, o movimento feminista, sem negar o seu passado, nomeadamente o contributo de Simone de Beauvoir, muda de trajetória.

O género passa a ser visto como uma variável fluída, suscetível de assumir diferentes contornos, de acordo com os contextos geográficos, sociais, culturais e étnicos em que se insere. Não é mais do que uma forma de estar, de se ver e de se mostrar aos outros, que pode ser alterada. O enfoque passa a ser colocado na pluralidade de manifestações do género e na liberdade para se auto definir.

Este processo não é pacífico, uma vez que, se por um lado pretende ser libertador, por outro, gera crises de identidade e questões como: Quem sou eu? O que posso ser? O que quero ser?

Uma das representantes desta nova perspetiva, ligada ao movimento Queer<sup>3</sup>, é Judith Butler, ao defender que não há uma identidade, mas identidades, constituídas pela repetição de atos culturalmente instituídos sobre o corpo. Acentua uma conceção teatral da construção do género ao admitir que este não é mais do que uma representação de papéis, mas na qual não há uma distinção entre papel e ator. O género seria constituído através de um conjunto de “atos performativos”<sup>4</sup>. Assim, os atos perdem o seu valor essencial. A identidade de género é estilhaçada, à imagem de

---

<sup>3</sup> O Movimento *Queer* é uma vertente dos movimentos homossexuais e transexuais, com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação, provocados pela designada heteronormatividade.

<sup>4</sup> Conceção defendida no ensaio *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory*, da autoria de Judith Butler publicado em 1988, segundo a qual o género não é uma identidade estável, mas uma forma de estar e agir constituída por uma repetição de atos instituídos através do tempo, nos quais os atores acreditam e, por isso, os representam.



um espelho que se fragmenta e a sua reconstrução fica entregue à liberdade de cada um.

### **Uma proposta humanista orientada para a dignidade de todos os seres humanos**

Como foi abordado anteriormente, a partir de finais do século XX foi popularizada uma nova vaga de feminismo, que defende a dissolução do conceito tradicional de mulher e a adoção de uma visão múltipla de identidades. O género passa a ser considerado algo que procura incluir todas as pessoas nas mais diversas formas de manifestação da sua individualidade.

Contudo, de acordo com algumas perspetivas, esta postura, que pretende ser inclusiva, acaba por dividir as mulheres, desvalorizar e diminuir a importância da luta política e da definição de uma estratégia de intervenção global, contra as situações de pobreza, exclusão social e violência a que as mulheres se encontram sujeitas em todo o mundo e, em particular, nos países em desenvolvimento.

A questão prende-se com a constatação da existência de um grupo de seres humanos que se incluem na categoria “Mulher” e que são um dos principais alvos de discriminação, pobreza e violência.

Nesta linha de pensamento, encontra-se Martha Nussbaum que, sem negar a diversidade cultural e a multiplicidade de identidades, adota uma perspetiva universalista, de defesa dos Direitos Humanos e de uma teoria da justiça, perguntando pelas condições de vida que devem ser promovidas universalmente e que são benéficas para a população mundial, independentemente do género.

O seu ponto de partida, para a justificação da necessidade de uma intervenção ao nível da ação política, é factual; resulta da influência do seu trabalho humanitário<sup>5</sup>. Com base nos relatórios a que teve acesso, constata que existe uma enorme fração da população que se encontra excluída do avanço socioeconómico e das conquistas, mais modernas, da liberdade e da igualdade e conclui, que a esmagadora maioria destas pessoas são mulheres, sobretudo mulheres que habitam em países em desenvolvimento.

A partir daqui, considera que as políticas a adotar, em diferentes contextos e latitudes, devem ser definidas no sentido de promover e assegurar a melhoria das condições de vida das mulheres em particular e da população em geral. O seu objetivo principal é

---

<sup>5</sup> Martha Nussbaum trabalhou na WIDER (Instituto para o Desenvolvimento e Investigação em Economia, onde trabalhou com o prémio Nobel da Economia Amartya Sen.

assegurar condições que promovam o bem-estar e a dignidade de todos os seres humanos.

Foi duramente criticada por filósofas, como Judith Butler, que partem de movimentos mais focados nas questões identitárias do género, uma vez que, Martha Nussbaum defende, como tarefa principal e prioritária, a eleição de condições que permitam a todos, a plenitude da realização das suas capacidades e potencialidades.

A perspetiva feminista de Nussbaum tem como ponto de partida um relatório de 1993, que denunciava a desigualdade e a discriminação que as raparigas e as mulheres sofriam, nos países em desenvolvimento, no final do século XX. Constatou que 60% da população analfabeta correspondia a mulheres e que estas se encontravam no grupo dos mais empobrecidos. Relativamente aos salários, verificava-se um enorme e chocante desfasamento entre homens e mulheres. Finalmente, as mulheres ou não tinham acesso à propriedade, ou o seu acesso era extremamente limitado.

Para Nussbaum é vital que o pensamento político e económico seja feminista. A proposta feminista terá de ter por base uma visão universalista assente na ideia de dignidade humana. É necessário que a filosofia feminista incorpore os temas relacionados com coisas básicas como a nutrição, a educação, a saúde materno-infantil, os direitos sobre a terra, o direito à participação no mundo do trabalho e os casamentos infantis. A partir destes pressupostos, Nussbaum lança a pergunta: o que torna um ser humano, humano?

Nussbaum considera que várias sociedades e culturas tradicionais não mostram qualquer tipo de respeito ou de valorização da mulher, negando-lhe a liberdade, os direitos básicos e a autonomia. A filósofa apresenta-nos, então, o conceito de *Capabilities* como uma resposta universal a este problema, sem, contudo, pretender ofender ou desrespeitar as diversas culturas. As *Capabilities* são o conjunto de condições, necessárias para que as pessoas se possam desenvolver como seres humanos. Não se trata de orientar a vida das pessoas, mas de criar condições para que possam atingir o seu verdadeiro potencial. As *Central Human Functional Capabilities*<sup>6</sup> de Nussbaum são:

- **Vida:** ter a oportunidade de viver uma vida completa, de uma duração normal.
- **Saúde:** ser saudável, recebendo cuidados médicos e hospitalares de qualidade, tendo uma alimentação saudável e uma habitação adequada e digna.

---

<sup>6</sup> Ibidem. As *Capabilities* (capacitações, em português) são a proposta apresentada por Martha Nussbaum, com o objetivo de combater a discriminação contra as mulheres, particularmente nos países em desenvolvimento.

- **Integridade Física:** ser capaz de se deslocar livremente, protegido do perigo e da violência. Ter a oportunidade de realizar escolhas relacionadas com o seu corpo.
- **Sentidos, Imaginação e Pensamento:** fazer uso dos sentidos, imaginar, pensar e refletir. Ser capaz de usar a mente com segurança, protegida pela liberdade de expressão. Ter a possibilidade de experienciar momentos felizes e prazerosos, evitando qualquer tipo de sofrimento ou dor desnecessárias.
- **Emoções:** ser capaz de relacionamentos afetivos, românticos ou de amizade. Ser capaz de estabelecer relações afetivas de reciprocidade.
- **Razão Prática:** ser capaz de distinguir o Bem do Mal.
- **Afiliação:** ser capaz de viver com os outros em sociedade. Saber o que é a justiça. Ter respeito por si próprio e reconhecer o seu valor, aceitando apenas um tratamento digno, igual ao de todos os outros. Estar protegido contra qualquer tipo de discriminação, quer seja com base na raça, no sexo, no género, na nacionalidade, na religião, na etnia, etc...
- **Outras espécies:** ser capaz de sentir empatia pelos animais, plantas e outros seres do mundo animal.
- **Brincar:** ter a capacidade de se divertir e de participar em atividades lúdicas e recreativas.
- **Controlo sobre o seu ambiente:** ter a oportunidade de estar envolvido nas escolhas e decisões políticas que impactam a sua vida. Ser capaz de possuir propriedade e ter emprego, com os mesmos direitos que todos os outros.

As *Capabilities* não são instituições e não têm o poder de resolver todos os problemas da mulher, mas podem-nos ajudar a refletir sobre a condição humana e o que é ser, realmente, um membro da espécie humana, digno e realizado.

## Conclusão

O que faz de alguém homem ou mulher? Existirá uma essência de género? Para responder a estas perguntas, partimos dos conceitos de sexo e género para encontrar uma resposta. Será que existe um conjunto de características fixas e imutáveis, inerentes ao género e que determina o que é ser homem ou mulher?

Defendemos que os conceitos associados ao género são estabelecidos social e culturalmente através de padrões de comportamento considerados próprios do homem e da mulher, os quais são interiorizados e assumidos por cada um, como sendo “naturais”.

Mostrámos que esta conceção, segundo a qual a identidade de género resulta fundamentalmente de uma construção social, é importante, uma vez que vai possibilitar a defesa da alteração dos papéis tradicionalmente atribuídos ao género.

Para ilustrarmos este ponto de vista, abordámos alguns autores que marcaram os movimentos feministas. Começámos com John Stuart Mill e a sua obra "*A Sujeição das Mulheres*". Como não poderia deixar de ser, abordámos, em seguida, a defesa do feminismo que Simone de Beauvoir faz na obra "*O Segundo Sexo*", um clássico do pensamento feminista. Chegámos ao final do século XX e confrontámo-nos com a proposta identitária e de defesa da fluidez de género apresentada por Judith Butler na obra "*Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory*".

Defendemos, pois, que não existe uma essência de género e que este é um conceito aberto, possível de ser alterado, uma vez que é socialmente construído. Contudo, considerámos que as teorias identitárias, na linha de Judith Butler, que propõem uma completa separação entre sexo e género, com a conseqüente dissolução do conceito de mulher e a sua abertura a uma multiplicidade de formas de ser, estar e expressar, acabam por não dar voz aos problemas reais das mulheres e à necessidade de desenvolver políticas específicas orientadas para a promoção da igualdade. Não podemos ignorar que existe uma categoria de seres humanos, designada como "Mulher" que apresenta problemas específicos e que se encontra de entre os grupos mais discriminados e vulneráveis, sob o ponto de vista social, político e económico, sobretudo em países em desenvolvimento.

Assim, terminámos com a defesa da proposta humanista, e universalista ligada aos Direitos Humanos, de Martha Nussbaum, na sua obra "*Women and Human Development – The Capabilities Approach*" na qual esta filósofa justifica a urgência de medidas políticas especificamente dirigidas às mulheres, que assegurem que estas possam ter acesso a uma vida plenamente humana, através do integral desenvolvimento das suas aptidões, capacidades e potencialidades.

## Referências bibliográficas

De Beauvoir, S. (1949). *O Segundo Sexo- vol. 1*, 01-2015 Lisboa: Quetzal Editores.

De Beauvoir, S. (1949). *O Segundo Sexo-vol.2*, 03-2015 Lisboa: Quetzal Editores.

Mill, J. S. (1869). *A sujeição das mulheres*, 2006, Lisboa: Edições Almedina.

Nussbaum, M. (2000). *Women and human development: The capabilities approach*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511841286>

Butler, J. (1988). *Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory*. The John Hopkins University. <https://doi.org/10.2307/3207893>

Borges, M. L. (2018). *O feminismo universalista de Martha Nussbaum*. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2018v17n2p205>